

# Salas de Leitura da Rede Municipal de Ensino de São Paulo: contextualização e avaliação

*Nágila Euclides da Silva Polido<sup>1</sup>, Estevão Marcos Armada Firmino<sup>2</sup>*

## **Resumo:**

Este artigo discute aspectos do programa de Salas de Leitura na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, indicando o seu papel enquanto agência de formação do leitor no espaço escolar. As Salas de Leitura serão consideradas no âmbito do debate sobre as políticas públicas de incentivo à leitura e à formação de crianças e jovens leitores. Consideraremos aspectos de sua longevidade na maior rede municipal de ensino do país, apresentando elementos do seu processo de criação, de desenvolvimento e de manutenção no interior das unidades educacionais. Diante de sua abrangência e de sua relevância como programa de formação de leitores e de estímulo à leitura no cotidiano escolar, será apresentada a necessidade de sua avaliação. Tal discussão pode contribuir com a reflexão sobre programas de incentivo à leitura no espaço escolar e acerca da formação de leitores.

**Palavras-chave:** Sala de Leitura; Rede Municipal de Ensino de São Paulo; formação de leitores.

---

1 Doutora na área de Linguagem e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, possui graduação em Letras (1997) e mestrado em Educação (2003) pela mesma instituição.

E-mail: nagilaesp@gmail.com

2 Bacharel e licenciado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília.

E-mail: estevao.armada@yahoo.com.br

# Reading rooms of Education Network of the São Paulo city: contextualization and evaluation

*Nágila Euclides da Silva Polido, Estevão Marcos Armada Firmino*

**Abstract:**

This article discusses aspects of the Reading Rooms program in the Municipal Network of São Paulo Education, indicating their role as a reading training at school. The Reading Room will be considered in the debate on public policies to encourage reading and education of children and young readers. We consider aspects of their longevity in the country's largest municipal school system, with elements of the process of creation, development and maintenance within the schools. Before its comprehensiveness and relevance as a reading forming agency and stimulus program to read in the daily school it will be presented the need for evaluation. Such discussion can contribute to the reflection on reading incentive programs at school and about the readers formation.

**Keywords:** Reading Room; Education Network of the São Paulo city; formation of readers.

## 1 Introdução

A temática da leitura se encontra presente em inúmeras instâncias de discussão, sejam elas acadêmicas ou não, suscitando variadas opiniões acerca desse assunto. Tal contexto de debate não está isento de valores sociais e políticos, relacionando-se a questões históricas, assim como perfaz um campo de disputas e tensões. Conforme aponta Vóvio (2010, p. 403), “em sociedades complexas, diferenciadas e hierarquizadas como a brasileira, referir-se à leitura implica abarcar relações operadas entre e no interior de classes sociais e grupos, que evidenciam fenômenos sociais”.

Ainda que se tenha um emaranhado de aspectos a serem abordados nessa discussão, é possível identificar a valorização do papel da escola enquanto agência de formação do leitor. Para Vóvio, Kasmirski e Batista (2015, p. 190), “a estreita associação da língua escrita com a criação da instituição escolar moderna permitiu, na história do letramento de países ocidentais, uma ampla difusão das habilidades de ler, em primeiro lugar, e de escrever, em segundo”. Em relação ao mundo ocidental, e mais especificamente nos grandes centros urbanos, a instância escolar se coloca como espaço e tempo com potencial de promover o contato de crianças e de adolescentes com a cultura escrita, seja por meio do acesso a livros, seja por experiências de fruição leitora ou práticas de leitura escolares. Dessa forma, compreendemos que, para grande parte da população brasileira, a escola tem como objetivo possibilitar que seus alunos participem de várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita, de maneira ética, crítica e democrática (ROJO, 2009).

É diante desse cenário que o presente artigo discutirá um programa de leitura, as Salas de Leitura, instituído no município de São Paulo, na década de 1970, e que permanece em funcionamento há mais de quatro décadas. Atualmente, na grade curricular dos alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) da cidade de São Paulo, há uma aula semanal no espaço da Sala de Leitura, que favorece a inserção dos alunos em interações sociais permeadas pela cultura escrita. Existe uma legislação que regula o funcionamento das Salas de Leitura na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, doravante RMESP. Na portaria nº 7.655, de dezembro de 2015, consta que, no âmbito das diretrizes para a ação pedagógica nas Salas de Leitura, a leitura deve ser vista “como um processo de compreensão mais abrangente da realidade”. Além disso, dentre outras coisas, são objetivos das Salas de Leitura: “[...] I – disponibilizar o acervo da Sala de Leitura para toda comunidade escolar; II – favorecer a aprendizagem dos diferentes gêneros de leitura; III – promover o acesso à produção literária clássica e contemporânea” (SÃO PAULO, 2015).

Em concomitância com a presença das aulas de Sala de Leitura na grade curricular dos alunos, existe um professor responsável pela mediação do acervo de livros, literários e não literários, de revistas e demais artefatos de leitura presentes no ambiente de leitura que se configura nessas salas. Tal profissional é denominado como Professor

Orientador de Sala de Leitura (POSL). As Salas de Leitura se estabelecem na Rede Municipal de Ensino com a intenção de ser um espaço destinado ao favorecimento de práticas de leitura e de acesso a textos escritos em suportes variados.

De maneira abreviada, podemos dizer que, no âmbito da RMESP, a Sala de Leitura se configura como: “[...] (i) um espaço marcado pela existência de um acervo, (ii) uma intenção institucional de ali ser um espaço destinado à leitura e (iii) sua utilização por alunos que trazem inúmeras trajetórias de acesso às culturas escritas, e (iiii) um POSL que traz também suas concepções de leitura e de leitor” (FIRMINO, 2015, p. 189).

Cumprir ressaltar que, ao longo de sua existência, iniciada como projeto piloto em 1972, as Salas de Leitura passaram por mudanças relativas aos modos de compreensão do que seja a leitura e também pela alteração das políticas educacionais implantadas na cidade pelos diversos governos que passaram pelo município de São Paulo nesse período de sua existência. Para Leite (2009, p. 41), “prescrições, adaptações e distintas realidades, desde o início da década de 1970, passaram a compor a Sala de Leitura dentro da Rede Municipal de Ensino”.

Neste artigo, discutiremos a Sala de Leitura enquanto política pública de educação, que tem como foco específico a formação do leitor escolar e que se institui a fim de desenvolver práticas de leitura no ambiente das unidades educacionais da RMESP. A fim de se alcançar esse intento, inicialmente, iremos traçar um breve panorama dos Programas de Incentivo à Leitura no Brasil, tratando da especificidade do perfil do leitor brasileiro e caracterizando programas de incentivo à leitura no âmbito nacional. Em seguida, vamos realizar uma contextualização das Salas de Leitura no município de São Paulo, apresentando aspectos históricos desse programa na RMESP. Por fim, considerando as contribuições dos estudos sobre a avaliação de programas, abordaremos a necessidade e a importância de se avaliar o projeto de Salas de Leitura.

Ainda que já tenhamos alguns trabalhos de pesquisa realizados, no nível de mestrado e de doutorado<sup>3</sup>, ainda não é possível considerar que há produção científica suficiente sobre as Salas de Leitura. É de grande relevância se destacar a pequena produção de estudos e pesquisas sobre as Salas de Leitura, a despeito de seus 45 anos de existência na RMESP. Dessa forma, entendemos que a discussão proposta neste artigo pode auxiliar no fortalecimento da produção de conhecimentos sobre as Salas de Leitura que podem refletir em outros programas e em outras ações de formação de leitores.

---

3 Os trabalhos que já foram desenvolvidos têm enfoques diferenciados e, de certa forma, complementares, entretanto, insuficientes para um conhecimento profundo da SL. O trabalho pioneiro é de Piovesan (1999), em que ela investiga, a partir da perspectiva da ação cultural, a interação dos alunos com o livro e as atividades dirigidas por duas orientadoras de leitura em Salas de Leitura diferentes. Mendes (2006) desenvolve uma extensa pesquisa da SL, analisada como espaço/tempo de inovação da escola, com foco nas relações entre escola e cultura. Posteriormente, Leite (2009) enfoca a análise da organização e dos aspectos físicos da SL a partir de conceitos de espaço, território e lugar. Silva-Polido (2012) também desenvolve investigação sobre a organização e o funcionamento da SL, com objetivo de contribuir para melhorias no favorecimento da interação dos alunos com a literatura. Por fim, Firmino (2015) desenvolve pesquisa de abordagem etnográfica e analisa eventos e práticas de letramento na SL com uma turma de alunos.

## 2 Panorama dos Programas de Incentivo à Leitura

As políticas públicas de qualquer natureza se organizam para proporcionar condições de cidadania a uma parcela cada vez maior da população. Se a leitura é tomada como objeto de políticas públicas é porque se entende que é fator fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Dentre vários programas e projetos de incentivo à leitura e à ampliação do acesso aos livros no âmbito federal, alguns estão diretamente associados às Salas de Leitura da RMESP, seja por proverem os acervos disponíveis nesses espaços, seja por traçarem diretrizes para a sua organização e para a atuação dos profissionais que lá estão como mediadores e formadores de jovens leitores. Entre esses, destacamos aqueles que, por sua origem e desdobramentos, delineiam a trajetória do livro e da leitura na esfera educacional.

Efetivamente, a história do livro no Brasil se inicia com a chegada da família real portuguesa, em 1808, uma vez que, no período colonial, com a proibição da Coroa Portuguesa de qualquer tipo de reprodução impressa na Colônia, o país passou ao largo do processo de ampliação da produção de livros e, conseqüentemente, da ampliação do público leitor, fenômeno que se desenvolvia na Europa a partir da invenção da prensa de tipos móveis e de novas técnicas de impressão. Pode-se definir o século XIX como o período do nascimento do mercado editorial brasileiro, bem como do livro como um item fundamental no processo de civilização do país, pois livreiros estrangeiros chegaram ao Rio de Janeiro, trazendo sua experiência no campo das impressões e publicações, apostando predominantemente em edições mais luxuosas, com boas encadernações, especialmente de obras didáticas, tratados científicos, traduções de clássicos e obras de autores nacionais mais conhecidos. Livreiros brasileiros seguiram um ritmo mais lento na expansão de seus negócios e contribuíram para diversificar o mercado livreiro brasileiro, com títulos, autores e publicações que não ficaram restritos às camadas abastadas e ilustradas. Esse tratamento fez com que as camadas menos favorecidas tivessem acesso ao objeto livro, também visto como passatempo e diversão. Ao longo do século XIX e no início do século XX, além do Rio de Janeiro, outros centros urbanos também desenvolveram formas de tornar o livro um produto acessível e lucrativo, destacando-se os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

À medida que aumentava a população leitora brasileira, ampliava-se o número de editores brasileiros diversificando e criando projetos inovadores, alguns deles vendo o mercado de livros no Brasil como um negócio promissor, enquanto outros procuravam contribuir para o panorama intelectual do país.

Parte da lentidão na evolução do mercado editorial nacional se deve à lentidão no progresso dos índices de alfabetização no Brasil, uma vez que, ao final do século XIX, 84% da população eram analfabetos. Nos anos 20 do século XX, há um amadurecimento educacional brasileiro, com a criação do Ministério da Educação, o que reflete na

evolução do mercado editorial. Desde a primeira ação governamental voltada para o livro didático, ocorrida em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), o Ministério da Educação (MEC) vem desempenhando um papel fundamental no fortalecimento do mercado editorial brasileiro. Entre as atribuições e ações do INL, estavam a organização e a publicação de uma Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, além de edição de obras de interesse para a cultura nacional, a expansão do número de bibliotecas públicas e o estímulo do mercado editorial. Em 1938, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que, entre outros atos, estabelecia critérios para a avaliação dos livros didáticos, bem como autorizava ou não a sua utilização. Nos anos subsequentes, apesar das críticas sobre a ineficiência da CNLD e de seu caráter centralizador, a comissão foi ampliada e manteve seus poderes.

Em 1966, por meio de um acordo entre o MEC e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi criada a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar ações referentes à produção, à edição e à distribuição do livro didático. O MEC recebeu recursos para permitir a distribuição gratuita de 51 milhões de livros em três anos. Com o fim do convênio MEC/USAID, a COLTED foi extinta, em 1971, e o INL assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do Programa do Livro Didático (PLID), atuando em conjunto com as editoras como coeditor. Em 1973, o INL passou ser “promotor de publicações” de interesse nacional, educacional, científico e cultural. O Estado passou, então, a ser financiador da produção dos livros didáticos, condição que se manteve até 1984, quando o MEC passou a ser apenas o comprador de livros didáticos das editoras participantes do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Mesmo assim, o mercado editorial deu um salto nesse período, pois houve um aumento considerável das tiragens dos livros e a garantia de um mercado seguro para as editoras.

Em 1985, o PLID foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); a partir desse momento, vão ocorrendo mudanças já propostas desde a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1983, tais como: fim da participação financeira dos estados, escolha dos livros pelos professores, uso de livros não consumíveis, ampliação da oferta para os alunos de todas as séries e em todas as disciplinas.

A partir da extinção da FAE, em 1997, a responsabilidade pela execução do PNLD foi transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o MEC passou a adquirir, de forma continuada, livros didáticos para todos os alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental público.

O processo de avaliação pedagógica dos livros se iniciou em 1996, sendo aperfeiçoado ao longo dos anos. Atualmente, a Secretaria de Educação Básica (SEB), no âmbito do MEC, coordena as avaliações pedagógicas das obras, contando com a participação de Comissão Técnica específica, integrada por especialistas de diferentes áreas, enquanto

a FNDE é responsável pela compra e pela distribuição das obras. Cabe ressaltar que, em julho de 2017, com a publicação do Decreto nº 9.099, o PNLD passou a unificar as ações de aquisições e de distribuição de livros didáticos e literários, sendo denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático, ampliando o escopo com a inclusão de outros materiais de apoio, além das obras didáticas e literárias (obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais).

No que se refere à universalização do atendimento à população escolar, pode-se entender o PNLD como um programa de sucesso. Outros aspectos merecem uma avaliação mais criteriosa, o que não é o propósito deste trabalho.

A Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, a chamada Lei do Livro, propiciou a implantação do Plano Nacional de Livros e Leitura (PNLL), em março de 2006, solidificando uma política pública voltada para os livros e a leitura, e que resultou da colaboração de diversas ações que já estavam em andamento (PNLD, PNBE<sup>4</sup>, PNLEM<sup>5</sup>, PROLER<sup>6</sup>, entre outras). O PNLL é resultado de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MINC). Oficializado em março de 2006, congrega programas e projetos voltados para o incentivo às práticas de leitura que vão desde a organização de espaços de leitura e bibliotecas a financiamentos especiais do BNDES para a cadeia produtiva do livro.

O PNLL contempla fatores qualitativos e quantitativos identificados como necessários pela UNESCO para a existência expressiva de leitores no país, que incluem o destaque ao livro no imaginário nacional, a existência de famílias leitoras, o papel da escola na formação de leitores, no âmbito qualitativo, e garantia do acesso ao livro e o preço acessível, no âmbito quantitativo. O PNLL tem se desdobrado em propostas de Planos Estaduais e Municipais de Livros e Leituras, incluindo o Plano Municipal de Livros, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB), no município de São Paulo, instituído pela Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015. Segundo seus coordenadores, o PNLL apresentou pelos menos três avanços no que se refere às políticas de incentivo à leitura: um avanço conceitual, por procurar desenvolver uma cultura da leitura baseada em dois pilares, cultura e educação; um avanço político, por integrar MEC e MINC; e um avanço no financiamento que, embora insuficiente, evidencia progressos. Seriam esses avanços os indícios do sucesso do plano? Figueiredo e Figueiredo (1986) afirmam:

---

4 PNBE: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é desenvolvido desde 1997 e tem como objetivo promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura entre alunos e professores, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

5 PNLEM: implantado em 2004 pela Resolução nº 38 do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) previa a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país.

6 O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER – foi criado pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, tendo por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, atuando por meio de uma rede de Comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais ou educacionais, universidades e outras entidades públicas e privadas coordenadas pela Coordenação-geral de Leitura/ DLLLLB/SE/MinC e por seu Conselho Consultivo, formado por gestores do MinC, do MEC e do Plano Nacional de Livro e Leitura e por representantes dos Comitês, visando à consolidação de ações de fortalecimento de ações e de planos na área do livro e da leitura.

A noção de sucesso ou fracasso de uma política depende obviamente dos propósitos dessa política e das razões que levaram o analista a avaliar tal política. Do lado dos propósitos das políticas, devemos considerar que as políticas públicas - as decisões governamentais - têm geralmente dois aspectos: a) gerar um produto físico, tangível e mensurável; e b) gerar um impacto, que, tanto pode ser físico, tangível e mensurável, quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 109).

De fato, quando a meta de uma política pública, programa ou projeto está relacionada à leitura, o aspecto primordial na sua avaliação é o seu impacto. Na sequência do texto, Figueiredo e Figueiredo (1986), ao analisarem as políticas com propósito de mudanças e a avaliação de impactos, indicam:

Uma mesma política pode causar impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo, pode ainda gerar impactos subjetivos alterando o “estado de espírito” da população, e, finalmente, pode causar um impacto substantivo mudando qualitativamente as condições de vida da população (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 116).

Se o objetivo da política privilegia a aprendizagem da leitura, o impacto objetivo pode ser verificado por meio dos sistemas de avaliação de desempenho, os quais podem investigar apenas o aspecto cognitivo. Se o foco for o incentivo às práticas de leitura, dados de natureza quantitativa não são suficientes, pois não revelam sutilezas na mudança de comportamento do leitor. A distribuição de livros, facilmente mensurável, não é garantia da apropriação da leitura.

A partir da constatação, conforme resultados das quatro primeiras edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de que a escola se constitui como um dos principais espaços para o acesso aos livros e à leitura, é pertinente observar em que ambiente se desenvolvem primordialmente os programas/projetos que envolvem a leitura: se escolarizado ou não. O ambiente escolarizado não se limita ao espaço da escola, mas compreende aqueles em que a estrutura da ação remete aos espaços escolares. Por isso, os programas de incentivo à leitura que têm como principal cenário a escola e como agentes os educadores merecem especial atenção.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado em 1997, sob gestão da FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e com a utilização de recursos financeiros do Orçamento Geral da União. O PNBE substituiu o Programa Nacional Salas de Leitura (PNLS), que vigorou de 1984 a 1996. Atua no âmbito do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos, e divide-se em: PNBE Literário, com a avaliação e a distribuição de acervos literários compostos por textos em prosa (romãs, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, do ensino fundamental e médio; e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica

dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e da distribuição de obras de cunho teórico e metodológico. Entre 1998 e 1999, suas ações estiveram voltadas para a distribuição de acervos para escolas do ensino fundamental. No período de 2001 a 2004, com o título “Literatura em Minha Casa”, foram distribuídas coleções para uso pessoal e propriedade dos alunos de 4ª e 8ª séries. No acervo, constavam coleções com diferentes gêneros, que foram também distribuídas para as escolas. Para uso pessoal e propriedade dos professores de 1ª a 4ª séries do EF da rede pública, sob o título “Biblioteca do Professor”, foram distribuídos dois livros de ficção e não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil.

A partir de 2005, a SEB voltou a focar no atendimento às escolas, ampliando os acervos das Bibliotecas Escolares (BE). No mesmo ano, universalizou o atendimento às escolas públicas, com séries iniciais do EF, com um acervo de pelo menos 20 títulos diferentes, contemplando diferentes gêneros e tipos de texto. Em 2008, a abrangência do programa foi ampliada, atendendo a escolas de educação infantil e ensino médio. Também fazem parte os acervos distribuídos pelo PNBE Especial áudio-livros, obras em LIBRAS, obras em braile e/ou com caracteres ampliados.

Tendo em vista a dimensão e os valores envolvidos, o programa foi objeto de avaliação diagnóstica realizada pela SEB, em parceria com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo resultado foi publicado em 2008. Em síntese, a partir das visitas realizadas às escolas em todas as regiões do Brasil, Paiva e Berenblum (2008) concluíram que o PNBE se apresentou como uma ação cultural de baixo impacto em políticas de formação do leitor e produtor de texto, sendo primordial o investimento na formação dos professores. Entre os aspectos mais significativos levantados, alguns pelos próprios beneficiários do programa, estão: falta de integração das políticas e dos programas; falta de informação e de formação para gestores e educadores; falta de bibliotecários; ausência de biblioteca/sala de leitura ou espaço adequado para sua instalação; boa qualidade dos acervos, incluindo os da Literatura em Minha Casa; grande satisfação no recebimento dos kits pelos alunos; necessidade de que o MEC disponha de melhor controle operacional, entre outros.

No Brasil, Zilberman (1991), Perrotti (1991) e Silva (2000), entre outros, indicam o final da década de 1970 e o início da década de 1980 como o período em que se observa uma “crise da leitura” e, como consequência, o momento em que as pesquisas locais sobre o tema começam a se difundir, avançando significativamente ao longo das décadas seguintes.

Esse período de fortalecimento da leitura como campo de investigação coincide com a ampliação dos programas governamentais de incentivo à leitura. É também nesse momento que as Salas de Leitura se inserem e se consolidam nas escolas.

A retomada da trajetória da cadeia produtiva do livro no Brasil, articulada às questões da leitura e da leitura no ambiente escolar, fornece pontos relevantes para a discussão dos programas voltados à leitura atualmente estabelecidos.

Palumbo (1994, p. 29) afirma que “política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes”. É possível verificar que, nas últimas décadas, programas e projetos relacionados à leitura estão muito presentes nas políticas públicas brasileiras, seja nas suas elaboração e implementação, seja no financiamento ou por meio de parcerias.

Essas ações, quer estejam ligadas a órgãos oficiais ou não governamentais, podem focalizar diferentes aspectos. Simplificando, as propostas de ação podem se fundamentar em dois pontos: a aprendizagem da leitura ou o incentivo à leitura como prática social e cultural.

Poderíamos dizer que o foco na aprendizagem privilegia a leitura como um bem social, enquanto o foco no incentivo à leitura a interpreta primordialmente como um bem cultural. O destaque de um aspecto não suprime o outro. Na verdade, de acordo com as abordagens contemporâneas da leitura, poderíamos apenas identificar uma gradação entre eles, de acordo com os objetivos do programa/projeto.

Se o governo brasileiro, por meio dos programas e dos projetos oficiais de incentivo à leitura, é o maior responsável, hoje, pelo fato de nosso mercado editorial ocupar a oitava posição no mundo, mesmo apresentando índices baixos de alfabetismo e de consumo de livros per capita, é preciso, então, rediscutir a leitura à luz de suas novas concepções e de seus usos, bem como repensar/redefinir o papel da escola na formação dos novos leitores, de modo a permitir o que Chartier (2001) chama de apropriação da leitura.

[...] trata-se da apropriação no sentido de fazer algo com o que se recebe. Utilizei o termo no sentido da pluralidade de usos, da multiplicidade de interpretações, da diversidade de compreensão dos textos, o que significa seguir a definição hermenêutica, mas com um conteúdo sócio-histórico particular (CHARTIER, 2001, p. 116).

A compra e a distribuição de milhares de livros para alunos de escolas públicas não garante por si só essa apropriação. A maneira como essas obras são “consumidas” por essas crianças e jovens é o que possibilitará o alcance desse objetivo. Tendo em vista os números envolvidos, cabe a questão: como esses livros estão sendo utilizados?

A resposta a essa pergunta envolve questões do campo da avaliação de programas. As Salas de Leitura da RMESP constituem um objeto de avaliação significativo, por sua longevidade e consolidação e por envolverem as práticas cotidianas de formação de leitores no espaço escolar. Conhecer a trajetória do programa permite identificar aspectos relevantes a serem considerados nas ações de formação de leitores no espaço escolar, pois, conforme destacado anteriormente, entre erros e acertos, as Salas de Leitura têm se mantido ativas há mais de quatro décadas.

### 3 Contextualização das Salas de Leitura na RMESP

A compreensão do programa de Salas de Leitura, doravante SL, na RMESP deve ser feita examinando o seu histórico ao longo dos 45 anos de sua existência. Assim, realizaremos aqui uma contextualização, de maneira abrangente, da SL, apresentando elementos do seu processo de criação, de seu desenvolvimento e de sua manutenção no interior das Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Ao longo de sua permanência na RMESP, a Sala de Leitura, de maneira inerente, acompanhou as mudanças sociais, políticas e culturais vivenciadas no país, tendo, assim, passado por mudanças na sua funcionalidade e em sua compreensão dentro da escola, conforme indica Silva-Polido (2012, p. 23), ao esclarecer: “Desde o seu nascimento, o Projeto SL vem adequando-se a diferentes concepções de leitura decorrentes de diferentes propostas educacionais e posturas políticas das gestões que assumem a administração municipal”.

A fim de precisar esses períodos de mudanças e permanências na história da SL, vamos nos utilizar da divisão em três períodos ou fases, apresentada por Mendes (2006), que concentram características mais centrais da trajetória da SL da RMESP. Assim, em acordo com Mendes (2006), temos um primeiro momento, de *instuição e institucionalização* da SL; posteriormente, um processo de *inserção da SL nas unidades educacionais*; e, por fim, abordaremos a *consolidação da SL*. Essa periodização nos auxilia a contextualizar a SL, sendo que também trataremos da SL na contemporaneidade.

Mendes (2006) indica como fase inicial da SL o período entre 1972 a 1983, uma vez que a leitura vai se inserindo no processo pedagógico da escola. Ressalta-se que, mesmo se considerando esse momento como inicial, a SL ainda não existia enquanto espaço nas escolas municipais, já que sua concepção surge após uma experiência de integração entre biblioteca pública e escola municipal. No início, o projeto tinha como objetivo focalizar as habilidades de leitura básica para estudo através da consulta de livros, e decorre por meio da experiência piloto, ocorrida em 1972, na qual há a interconexão entre a Escola Municipal Maria Antonieta D’Alkimin Bastos e a Biblioteca Infantil Anne Frank. Na época, visava-se à realização de uma ação intercomplementar entre biblioteca e escola.

A escolha dessa escola e da biblioteca foi feita com o objetivo de fazer os alunos do 1º grau (atual Ensino Fundamental) adquirirem e fixarem habilidades de leitura e de compreensão de texto para o desenvolvimento de pesquisas. Havia, como pano de fundo dessa iniciativa, a mudança de metodologia de ensino nas escolas, as quais passavam pela substituição dos tradicionais cadernos didáticos com “pontos” para a realização de “pesquisas”. “Os “pontos” feitos pelo professor eram criticados por serem limitados e por isso foram cedendo lugar às pesquisas feitas em livros, jornais e revistas pelos próprios alunos” (MENDES, 2006, p. 122).

Nessa etapa, é relevante notar que a Sala de Leitura tem um vínculo inicial com as bibliotecas públicas, e não com a biblioteca escolar. “Após alguns anos o projeto

migrou das bibliotecas para as escolas que possuíam um espaço para sua implantação. A Prefeitura enviou o mobiliário específico e acervo enquanto a escola encarregava-se de organizar o lugar” (LEITE, 2009, p. 32).

Já em 1973, um ano após o início do projeto, é instituído o Programa Escola-Biblioteca (PEB) em caráter permanente. Dentre os argumentos para justificar esse programa de leitura, segundo Mendes (2006), estava o “baixo rendimento” dos alunos na área de Comunicação e Expressão, o que gerava um mau desempenho dos alunos nas outras áreas curriculares. “Estabelece-se, assim, como medida definitiva, a leitura como atividade em destaque na organização da educação municipal” (MENDES, 2006, p. 133).

Em 1975, a Secretaria de Educação e Cultura é desdobrada em Secretária Municipal de Educação (SME) e Secretária Municipal de Cultura (SMC), em decorrência do crescimento da rede municipal de ensino. No processo de readequação, uma série de legislações foi criada com vistas a se adequar o sistema municipal de ensino ao novo cenário que se instaurava. Por tais razões, um decreto municipal cria o *Setor de Atividades Escola-Biblioteca*. Esse fato é singular, pois

Quando foram instituídos, em 1973, os trabalhos com a leitura se caracterizavam como um programa e, portanto, sujeito a ser extinto com a mesma facilidade com que foi criado. Nesse decreto a natureza se altera porquanto escola-biblioteca passa a se caracterizar como atividade de um setor específico no organograma da secretaria, adquirindo condições de sedimentação maior (MENDES, 2006, p. 159).

É durante esse período, entre 1974 e 1975, que se intensifica o afastamento das atividades de leitura organizada pela escola na biblioteca pública municipal, tendo ênfase as atividades de leitura que ocorriam nas próprias escolas, favorecendo o fomento a espaços destinados aos livros nas próprias escolas (PIOVESAN, 1999). Em 1982, outro Regimento Comum é publicado, por meio da Portaria nº 9.517, que estabelece a SL como serviço cocurricular, com o intuito de formar habilidade e “hábitos de leitura”, pesquisa, estudo e lazer dos alunos. É nesse período que a SL se institucionaliza, mesmo estando presente anteriormente em parte das escolas municipais.

Já no segundo momento de periodização das Salas de Leitura, que vai de 1983 a 1988, o programa consegue se manter como proposta pedagógica e se sedimenta nas escolas. Na sua segunda década de existência, as Salas de Leitura acompanham o processo de universalização do ensino e mudanças de ordem econômica e política que perpassam o país. Integrando o cenário educacional no âmbito do município, a SL não deixa de ser influenciada por esse debate mais amplo que ocorre naquele momento. Uma mudança notada é a preocupação com o desenvolvimento do gosto pela leitura, em consonância com a integração da Sala de Leitura no currículo, de modo amplo. Permaneciam as atividades que já eram indicadas de ser realizadas, contudo, elas deveriam enfatizar a liberdade no acesso ao livro e o ‘prazer da leitura’.

Segundo Silva-Polido (2012, p. 109), “nos documentos, percebe-se uma tendência ao afastamento das abordagens tecnicistas da leitura para aproximá-la de concepções de cunho mais social e cultural. A fruição é o foco e a literatura, mais que um recurso pedagógico, é um recurso tomado como objeto cultural”.

Nota-se ainda que, de 1983 a 1985, ocorreram modificações de caráter relevante na concepção sobre as Salas de Leitura, tais como: definiu-se o perfil do educador que poderia ou que deveria trabalhar nesse espaço, pensou-se uma proposta de formação permanente desses profissionais, investiu-se em livros e se tentou fazer a integração curricular (MENDES, 2006). Por outro lado, a ampliação da SL ocorre para um número maior de escolas, e se configura através da distribuição de acervos de livros.

Percebe-se que, no final dos anos de 1980, a SL não necessitava de defesa da sua relevância para a escola. Em 1986, a Sala de Leitura era concebida como espaço a ser planejado e utilizado por todos no prédio escolar. Nesse período, já completando duas décadas de existência, a SL passa pela transformação na abordagem da leitura. É evidente o destaque dado ao “gosto pelo prazer da leitura”, decorrentes das pesquisas e da mudança de percepção da leitura pelos agentes envolvidos nesse campo. A SL acompanha essas mudanças. “Evidenciou-se que um local específico para leitura era fundamental para a busca do prazer de ler e que ele merecia melhorias condizentes com sua atuação visando ao atendimento da demanda e das expectativas existentes” (MENDES, 2006, p. 271).

O período de consolidação das Salas de Leitura na RMESP ocorre durante os anos de 1990. A década de 1990 tem relevância para a SL, já que há uma discussão que tende a compreender esse espaço no interior da escola. “Descreveu-se muito sobre o que e como deveria ser a SL. Isso era exatamente o que estava faltando, ou seja, organizar definitivamente a SL” (MENDES, 2006, p. 276), intensificando a política pública de implantação da SL. As discussões acerca da leitura na escola, travadas por estudiosos da educação, pautavam essas ações em prol da SL. À medida que a SL passava por modificações de compreensão acerca de seu papel na escola, o profissional responsável por esse espaço também foi alvo de mudança. Em 1992, a Lei nº 11.229, que dispunha sobre a organização dos quadros dos profissionais de educação da Prefeitura do Município de São Paulo, alterou o nome de Professor Encarregado da Sala de Leitura (PESL) para Professor Orientador de Sala de Leitura (POSL).

“Percebe-se que, no final da década de 1990, o Programa SL já estava consolidado, isto é, já tinha sido implantado em quase toda a rede” (MENDES, 2006, p. 335). Houve aquisição de livros para o acervo, mediante a compra de obras recém-lançadas no mercado editorial. No entanto, algumas pendências permaneciam, como a situação do POSL continuar a ter de substituir professores faltosos, o que se contrapunha à expansão das SL nas unidades educacionais.

A partir dos anos 2000, a bibliografia pertinente aos aspectos históricos da SL se escasseia, e entendemos que é um momento da contemporaneidade desse projeto. No início dessa década, as Salas de Leitura não tiveram mudanças significativas em relação à sua organização e ao seu funcionamento; no entanto, em relação aos conceitos de leitura e de SL, houve modificações. Havia a indicação de estabelecer “espaços letradores” nas escolas. Segundo Silva-Polido (2012, p. 128), emerge uma concepção de leitura mais abrangente: “Desse modo, as múltiplas linguagens definitivamente são incorporadas ao contexto das SL, bem como sua caracterização como espaço cultural”. As Salas de Leitura passam a incorporar as múltiplas linguagens contemporâneas, não se detendo especificamente à cultura escrita, para funcionar como um dispositivo cultural. Entretanto, na metade da década dos anos de 2000, mudam as prescrições concernentes à SL. A legislação publicada em 2006 altera a organização das aulas de SL, uma vez que elas passam a ocorrer fora do horário regular de aula, sem a obrigatoriedade da frequência dos alunos. Dessa forma: “A medida acabou por esvaziar essas aulas, criando dificuldades na organização de entrada/saída dos alunos num grande número de escolas e no desenvolvimento das atividades pelo POSL [...]” (SILVA-POLIDO, 2012, p. 137). Após oito meses de sua publicação, parte dessa legislação foi revogada, restabelecendo-se o atendimento dos alunos pela SL no interior do seu horário regular de aulas.

No ano de 2013, tem início um novo governo, que institui o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. O programa é amplamente divulgado, com ênfase em aspectos como o estabelecimento de avaliações bimestrais, a previsão de lição de casa aos alunos e a possibilidade de retenção no final dos ciclos – e está em curso na RMESP. No âmbito desse programa, são conferidas duas prescrições às aulas nas Salas de Leitura. Primeiramente, a SL é tida como parte das aulas de enriquecimento curricular dos alunos, assim como as aulas do Laboratório de Informática Educativa. A segunda atribuição assumida pelas aulas de SL é o seu caráter integrador das diferentes áreas de conhecimento. A SL também deverá integrar as atividades curriculares desenvolvidas no contraturno escolar. Tais demandas colocadas para as aulas de SL não são acompanhadas de maiores especificações para esclarecimentos ou avaliação de desempenho. A concepção aparente da Sala de Leitura na gestão municipal de então é de ela ser um espaço destinado à realização de projetos, como formação de mediadores de leitura e criação de clubes de leitura. Nesse sentido, o trabalho didático-pedagógico com as práticas de leitura, no âmbito das aulas regulares, passa para um segundo plano de prioridades, pois as demandas impostas ao POSL acabam por subtrair seu espaço e seu tempo que, a partir de um olhar histórico sobre esse espaço, deveriam estar em prol do desenvolvimento de práticas de leitura escolares.

Considerando o que foi apresentado acima, buscamos traçar o desenvolvimento da SL, apresentando aspectos do seu processo histórico de criação, de desenvolvimento

e de manutenção na RMESP. Nesse sentido, procuramos delinear algumas questões que estavam envoltas com a institucionalização desse espaço na escola. Pudemos perceber as mudanças atinentes às concepções de leitura que repercutiam na SL, assim como as diferentes compreensões acerca de sua função e de seu sentido na escola. Foi possível perceber a ingerência das diferentes gestões municipais no entendimento da SL, assim como na sua organização e em seu funcionamento. Ainda que tenha passado por essas mudanças, podemos identificar a sua permanência e a sua relevância na RMESP, ao mesmo tempo que se destacam os desafios e as dificuldades a que as Salas de Leitura estão submetidas.

#### **4 Sala de Leitura: questões de funcionamento e avaliação**

Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) indicam que, a partir da década de 1990, a avaliação de programas tem se desenvolvido e se estabelecido como fundamental, principalmente em virtude da ampliação das necessidades de ações. Para esses autores (2004, p. 35): “[...] avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios”. Acrescentam que as metodologias utilizadas nas avaliações de programas variam de acordo com as questões que se pretende responder.

Figueiredo e Figueiredo (1986) destacam a necessidade de se constatar se as mudanças verificadas são necessariamente decorrentes do programa avaliado. No que se refere à formação de leitores, e tendo em vista o cenário atual de valorização da leitura, é adequado que se verifiquem interferências de fatores alheios ao programa, tais como inauguração de bibliotecas ou livrarias na comunidade ou próximas a ela, outros projetos de incentivo à leitura que atendem ao mesmo público-alvo, entre outros.

Num primeiro momento, uma avaliação formal do Projeto Sala de Leitura, a partir da concepção de leitura que atualmente norteia as ações e as finalidades para ela estabelecidas, poderia partir da questão: qual o papel das Salas de Leitura na formação dos alunos como leitores competentes e autônomos?

Os apontamentos acima sugerem que a avaliação formal de um programa que tem como objetivo a aprendizagem e o incentivo à leitura demanda esforços muito significativos. Em se tratando de um projeto que envolve a maior rede municipal de ensino do país e que está em vigor há mais de quatro décadas, a tarefa torna-se ainda mais exaustiva. Entretanto, tendo em vista a importância assumida pelas políticas públicas para a leitura, julgamos ser imprescindível que se busque uma avaliação formal do projeto. As observações, os levantamentos e as ações desenvolvidos nesses ambientes de leitura, bem como a análise de sua legislação e as reflexões sobre linguagem e leitura, podem colaborar para uma avaliação consistente não apenas sobre o programa específico. Sua longevidade e público atingido podem fornecer dados significativos

sobre o impacto subjetivo e substantivo de um programa de formação de leitores e de estímulo à leitura inserido no cotidiano escolar.

O primeiro questionamento para subsidiar uma proposta de avaliação das Salas de Leitura é: quem são os interessados? Nesse caso específico, a resposta é, além dos administradores e da equipe do programa, os educadores, POSLs, alunos e comunidade.

A identificação desses interessados possibilita fazer o levantamento das perguntas avaliatórias, as quais servem de base para o estabelecimento de critérios e padrões da avaliação. Conforme Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 341): “critérios são usados para definir as características de um programa ou uma implementação bem-sucedida”, enquanto os “padrões designam o nível que o desempenho do programa deve atingir em relação a esses critérios para ser considerado um sucesso”. A delimitação de padrões requer uma discussão mais profunda e ampla sobre as dimensões e os impactos do projeto. Evidentemente, as questões propostas para uma avaliação também estão de acordo com o objeto avaliado, o que, no caso do Programa Sala de Leitura, indica que também são fundamentadas pela abordagem da leitura que orienta as ações. Outro aspecto a ser destacado é a dimensão contemplada na avaliação: se a implantação, o funcionamento ou o impacto. Pela longevidade do projeto, entendemos que os dois últimos aspectos são mais relevantes para a discussão. Na dimensão do impacto, não identificamos nenhum registro de avaliação formal do programa.

No âmbito do funcionamento, a SME, por meio das Diretorias de Ensino, fez levantamentos, pelo menos entre 1997 e 2002. Esses levantamentos eram feitos por meio de relatórios preenchidos pelos POSLs e apresentavam questões simples quanto à existência ou não da sala e de POSL, quanto ao acervo e empréstimos e também uma autoavaliação do POSL, bem como das atividades do Setor da Sala de Leitura da SME. Além disso, eram pedidas sugestões de obras e materiais a serem enviados à SL.

Relacionando esses levantamentos às indicações de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), pode-se concluir que os critérios estabelecidos nesses relatórios de avaliação são insuficientes para a avaliação de um programa de alcance tão amplo, ainda que se mantivesse apenas a dimensão do funcionamento das Salas. Não identificamos os dados possivelmente recolhidos como subsídios que garantissem uma avaliação consistente não apenas do programa como um todo, mas também do contexto micro, particular a cada escola. Além disso, o material levantado apresenta o ponto de vista de apenas um dos interessados, sendo que os beneficiários diretos da Sala (alunos e professores) não puderam emitir sua opinião nem receberam nenhum outro tipo de instrumento de avaliação.

Em 2010, a assessoria contratada para a realização da formação de POSL realizou visitas a Salas de Leitura de todas as regiões do município, fornecendo relatórios informais para a equipe da Sala de Leitura na SME. Esses relatórios indicavam aspectos relacionados à organização do espaço e às práticas desenvolvidas, mas não

constituíram uma avaliação formal. Contudo, essa solicitação trouxe pela primeira vez um olhar externo sobre a SL.

O dimensionamento do impacto subjetivo e substantivo das SL nas comunidades em que estão estabelecidas há algum tempo é tarefa grandiosa que demanda recursos materiais e humanos específicos. No entanto, a potencialidade de uma avaliação formal desse porte seria muito significativa para a reflexão sobre possíveis direcionamentos nos programas de incentivo à leitura no espaço escolar, sobretudo no campo da formação de professores que atuam como mediadores de leitura. Da mesma forma, no âmbito do funcionamento, o levantamento de dados relevantes sobre as questões de organização do espaço, do acervo, dos recursos materiais e humanos e das atribuições do professor mediador proporcionaria orientações e discussões a serem replicadas em outros contextos.

## 5 Considerações finais

O presente trabalho procurou discutir aspectos do Programa de Salas de Leitura na RMESP, destacando seu importante papel na formação de crianças e adolescentes leitores. Apesar de seu caráter localizado, por ser parte de uma rede pública específica, ele pode contribuir com as discussões que envolvem a biblioteca no contexto escolar. Optou-se por uma reflexão mais próxima do eixo abrangente das políticas públicas de educação e sua efetivação no interior do espaço escolar.

No contexto brasileiro, é imprescindível notar que a existência das Salas de Leitura nas escolas municipais de São Paulo está marcada por essa conjuntura da distribuição desigual de acesso à cultura escrita; no entanto, é forçoso reconhecer que a escola representa um espaço de ampla circulação de práticas letradas.

Numa perspectiva mais ampla e além do espaço escolar, Vóvio, Kasmirski e Batista (2015) examinam dados da série histórica do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)<sup>7</sup> para identificar determinantes de frequência e da diversidade de práticas de leitura. Eles constatam que a distribuição desigual da leitura pode ser manifestada de maneiras distintas, tais como: acesso a textos escritos, frequência de leitura dos textos escritos e diversidade de suportes em que os textos são veiculados. Assim:

Essa desigual participação nas práticas letradas e no mundo social estariam estreitamente relacionadas a recursos – ou capitais – desigualmente distribuídos e, ao mesmo tempo, incorporadas como parte de um conjunto de disposições mais ou menos coerentes que integram o estilo de vida e a identidade de diferentes grupos sociais (VÓVIO; KASMIRSKI; BATISTA, 2015, p. 240).

Nesse sentido, considerando a existência de um contexto desigual na participação de práticas letradas, emerge com relevância a existência de um programa como as Salas

---

<sup>7</sup> O INAF foi criado, no ano de 2001, pela Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro, organizações da sociedade civil que atuam na promoção do direito à educação. Desde sua criação, já foram realizadas oito edições do INAF, com o objetivo de produzir informações para fomentar e qualificar o debate público sobre a qualidade da educação no país.

de Leitura da RMESP, o qual perpassa a experiência e a trajetória de escolarização de crianças e adolescentes que frequentam as escolas municipais de São Paulo. Mais especificamente, alertamos para a demanda dos elementos relacionados à avaliação de programas. Nossa intenção é colaborar com a reflexão e com possíveis direcionamentos nos programas de incentivo à leitura, em específico, as Salas de Leitura, visto que, no contexto brasileiro, existem grupos que se mantêm apartados de práticas legitimadas de uso da leitura e da escrita, e que podem se beneficiar da existência e do bom funcionamento desse programa de leitura.

## Referências

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO A. A avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, 1986.

FIRMINO, Estevão Marcos Armada. *Sala de leitura na rede municipal de São Paulo: reflexões sobre eventos e práticas de letramento com uma turma de 4º ano*. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

LEITE, Ana Carolina dos Santos Martins. *O lugar da Sala de Leitura na Rede Municipal de Ensino de São Paulo*. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENDES, Mônica Fátima Valenzi. *Sala de Leitura nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo: uma inovação que resiste às discontinuidades políticas*. 2006. 467 f. Tese (Doutorado em educação: história, política, sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *Política de capacitação dos profissionais da educação*, Belo Horizonte, FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61.

PERROTTI, Edmir. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1991.

PIOVESAN, Lais Raso. *Sala de leitura: atos, atores e ações*. 1999. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SÃO PAULO, Município de. Secretária Municipal de Educação. *Portaria N° 7.655*, de 17 de dezembro de 2015.

SILVA-POLIDO, Nágila Euclides da. *Sala de leitura da rede municipal de ensino de São Paulo: caminhos possíveis para redimensionar seu funcionamento*. 260 f. 2012. Tese (Doutorado em educação: linguagem e educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VÓVIO, Claudia; KASMIRSKI, Paula; BATISTA, Antônio. Práticas de leitura no Brasil, 2001-2011: um período de transformações. In: RIBEIRO, Vera M.; LIMA, Ana Lúcia; BATISTA, Antônio Augusto (Orgs.). *Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do INAF*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VÓVIO, Claudia Lemos. Discursos sobre a leitura: entre a unidade e a pluralidade. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 401-431, jul./dez. 2010.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Recebido em: 04/11/2016

Aprovado em: 02/04/2018